



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - RIO CLARO



LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CAROLINA CARDOSO MASSAROLO

**A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

A large, abstract geometric design in light blue and white, resembling a stylized globe or a complex network of interconnected triangles, occupies the lower half of the page.

Rio Claro
2022

CAROLINA CARDOSO MASSAROLO

A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio
Claro da Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi

Rio Claro – SP
2022

M414f Massarolo, Carolina Cardoso
A feminização da docência na educação infantil / Carolina
Cardoso Massarolo. -- Rio Claro, 2022
26 f.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de
Biociências, Rio Claro
Orientadora: Raquel Fontes Borghi

1. Educação de crianças. 2. Professores. 3. Feminilidade. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CAROLINA CARDOSO MASSAROLO

A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

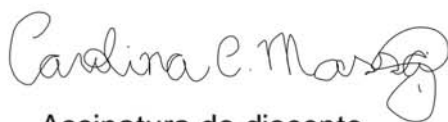
BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi (orientadora)

Profa. Dra. Maria Antonia Ramos de Azevedo

Profa. Dra. Regiane Helena Bertagna

Aprovado em: 10 de janeiro de 2022



Assinatura do discente

Carolina C. Massarolo



Assinatura da orientadora

RAQUEL FONTES BORGI

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso à minha filha Lúcia, que me acompanhou desde que estive em meu ventre, no percurso da graduação. Ela trouxe foco, determinação e motivação para o meu caminhar, e principalmente, me ensinou a ter confiança em mim. Minha companheira querida. Obrigada, filha!

AGRADECIMENTOS

Acredito que a conclusão deste trabalho seja, além de seu caráter científico, a materialização de um longo caminho percorrido, repleto de desafios, atravessamentos e crescimentos. Iniciei minha graduação grávida de minha filha, e termino este processo com ela tendo 7 anos completos. Vivenciei o início da minha maternidade sendo estudante, trabalhadora e solteira, em uma cidade que muito me acolheu, mas que não havia rede de apoio para além do pai da Lúcia, meu ex-companheiro, Pedro. Com jornadas que incluíam trabalho, freelas, cuidar e estudar, todos no mesmo dia, sempre com a ajuda de uma bicicleta. Em muitos momentos pensei que eu não conseguiria prosseguir com todas estas demandas. Felizmente me mantive ativa, apesar do longo cansaço, e mesmo caminhando devagar vejo que consegui alcançar meu objetivo.

Portanto, agradeço primeiramente, a minha querida filha Lúcia, que muito me ensinou nestes longos anos de sua primeira infância, e me manteve determinada, atenta, forte e, principalmente, sorrindo diante da vida e seus desafios.

Também à minha família, minha mãe Christina, meu pai Jorge, meus irmãos Daniel, Verônica e Enzo, que me acolhiam quando necessário, e me apoiaram em minhas decisões e escolhas ao longo destes anos, acreditando em meu potencial. Aos meus pais, agradeço também pelos avós carinhosos que se tornaram, e pela admiração e dedicação que tem com Lúcia.

Agradeço ao Pedro, pai da minha filha, pois sem ele essa caminhada não teria sido possível. Seu carinho, cuidado e dedicação à ela sempre me trouxeram segurança e conforto para seguir com minha rotina corrida, sabendo que ela estaria sendo amada. Agradeço também às profissionais do Centro de Convivência Infantil CCI, da Unesp/ Rio Claro, que por muito tempo nos acolheram com carinho, dedicação e prontidão.

Aos meus queridos professores, que tive o imenso prazer de aprender dentro e fora da sala de aula. Especialmente a Raquel F. Borghi, minha professora e orientadora, que me norteou para realizar esta pesquisa, sempre com calma, tranquilidade, assertividade e sabedoria. Sem ela não teria sido possível realizar este trabalho. Também agradeço aos meus queridos amigos que me acompanharam tanto na maternidade quanto nos estudos.

À todas as mulheres que cruzaram meu caminho, tanto presencialmente, quanto pelas palavras em textos que me inspiraram a escrever sobre algo que me toca. Principalmente às companheiras de profissão, professoras da Educação Infantil. Este trabalho é uma pequena contribuição para um tema que merece ser discutido, afim de trazer mais visibilidade e valorização à nossa profissão. Finalmente, agradeço a mim, por ter me mantido forte, paciente e determinada ao longo desta trajetória.

Obrigada!

RESUMO

A Educação Infantil foi constituída historicamente a partir de um caráter assistencialista e de ausência de formação profissional, tendo sua existência marcada predominantemente pela presença do feminino e da desvalorização profissional e estrutural do ambiente escolar. Diante desses fatos, discutir sua constituição, existência e possíveis transformações, torna-se urgente. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo principal realizar o levantamento de literaturas científicas que abordem a questão da feminização da docência na Educação Infantil, verificando como esse assunto é tratado e também a frequência e relevância com que esta temática vem sendo pesquisada e publicada. O processo metodológico utilizado foi o de levantamento e análise bibliográfica em pesquisas científicas que abordam as temáticas relacionadas à feminização da Educação Infantil, a partir do banco de dados da plataforma do Google Acadêmico. Foram realizadas três buscas com descritores diferentes, dois deles sem utilizar filtro de período específico, e uma busca referente ao período de 2011 a 2021. A partir dos títulos selecionados, as análises feitas permitem concluir que o processo de feminização da Educação Infantil está atrelado ao processo de constituição histórica desta área, que se consolidou a partir da necessidade de assistência à minorias, e, posteriormente à mulheres mães que ingressavam no mercado de trabalho ou que buscavam um auxílio à maternidade, enquanto lidavam com as demandas do lar. Especialmente para aquelas que buscavam uma emancipação, com um emprego que, até então, possibilitava mais independência financeira, exigindo pouca ou nenhuma formação. Portanto, sua solidificação desde o começo foi delineada pelas marcas do feminino.

Palavras-chave: Educação Infantil; feminização; desvalorização; trabalho docente.

ABSTRACT

Early childhood education was historically built from an assistencialist nature and the lack of professional training, having its existence marked predominantly by the presence of women, the professional and structural devaluation of the school environment. Given these facts, discussing its constitution, existence and possible transformations becomes urgent. Therefore, this work's main goal is to provide research of scientific literature to address the feminization of teaching issues in Early Childhood Education, just as verifying how this subject is treated and also the frequency and relevance with which this theme has been researched and published. The methodological process used was the survey and bibliographic analysis in scientific research that address issues related to the feminization of Early Childhood Education, from the Google Scholar platform database. Three searches were carried out with different descriptors, two of them without using a specific time period filter, and one search referring from 2011 to 2021. From the selected titles, the analyzes made concludes that the feminization process of Early Childhood Education is linked to the process of historical constitution in the time period mentioned, which was consolidated from the need for assistance to minorities, and later to women mothers who entered the labor market or who sought help with motherhood, while dealing with the demands of the house care. Especially for those seeking emancipation, with a job that, until then, provided more financial independence, requiring little or no training. Therefore, its solidification from the beginning was delineated by female gender marks.

Keywords: Early Childhood Education; feminization; devaluation; teaching work.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PUBLICAÇÕES SOBRE FEMINIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	12
3	FEMINIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM PROCESSO HISTÓRICO.....	16
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Em alguns campos profissionais estereótipos sexistas ainda têm forte presença. Uma ilustração que segue atual é na área da educação, em que há uma predominância de mulheres na Educação Básica e uma superlativa presença quando olhamos para a Educação Infantil, onde esses números crescem significativamente.

Segundo o documento da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), a Educação Infantil é definida como a primeira etapa da Educação Básica, sendo o início e o fundamento do processo educacional. Tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (Ministério da Educação, 2021). É importante ressaltar que a “entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada” (BRASIL, 2017).

Alguns dados falam sobre a presença de homens na Educação Infantil, como mostra a análise feita por Jaeger e Jacques (2017) em uma pesquisa do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de 2014, na qual nota-se que no Brasil, de um total de 498.785 professores/as da Educação Infantil, somente 15.703 são do sexo masculino, o que equivale a 3,14%. Comparando estes dados com os obtidos em 2013, houve um aumento no número de professores homens, tanto na Educação Básica em âmbito nacional, quanto na Educação Infantil, resultando em 13.503 homens a mais. Dados mais recentes do Censo Escolar de 2020 mostram que há no Brasil, um total de 2.189.005 docentes da Educação Básica, destes as mulheres representam 96,4% na Educação Infantil; “nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, correspondem, respectivamente, a 88,1% e 66,8%; e, no ensino médio, elas representam 57,8% do total de docentes.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021). Considerando tais dados e a forte presença feminina na Educação Infantil, esta pesquisa se propõe a refletir sobre a atuação das mulheres e se tais questões tem sido pesquisadas na literatura científica. Esta diferença entre a porcentagem de atuação de homens e mulheres nesta etapa da educação básica ainda gera diversas discussões sobre suas causas e possíveis consequências.

Uma das principais discussões é a competência do docente homem nos cuidados da criança e atenção necessária. Como diz Jaeger e Jacques (2017):

Quando, audaciosamente, adentram o curso, não raro emergem suspeitas e questionamentos relativos às suas competências no cuidado e atenção necessários à educação de uma criança. As desconfianças acerca das potencialidades docentes dos graduandos não cessam nas salas de aula; elas se acentuam na fase dos estágios escolares, momento em que os acadêmicos enfrentam novas dificuldades quando pleiteiam oportunidades para experimentar a docência em escolas de Educação Infantil (Jaeger; Jacques, 2017, p.546).

O questionamento da competência masculina está atrelado a estereótipos sexistas e ao mito do 'instinto materno' feminino, que se baseia em uma crença social de que mulheres são mais cuidadosas, dóceis e delicadas, portanto, são mais competentes para exercer esta profissão. Reforçar esta crença implica na ideia de que o tipo de ensino necessário na Educação Infantil é apenas do cuidado, e não pedagógico. Além de corroborar tanto para a escolha de profissionais para a área da educação, quanto para outras áreas de trabalho, mantendo uma ideia de que existem profissões masculinas e outras femininas.

Desde outubro de 2019 está em Tramitação Ordinária o Projeto de Lei nº 1174 de 2019, que confere as profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil. De autoria das deputadas estaduais Janaína Paschoal, Leticia Aguiar e Valeria Bolsonaro, o Projeto de Lei traz a seguinte descrição: Artigo 1º - "Na Educação Infantil, os cuidados íntimos com as crianças, com destaque para banhos, trocas de fraldas e roupas, bem como auxílio para usar o banheiro, serão realizados exclusivamente por profissionais do sexo feminino."

O Projeto de Lei acentua as desigualdades entre gênero, perpetuando o preconceito frente aos profissionais homens, impedindo que estes atuem de maneira integral nesta área, além de reforçar a cultura do machismo no Brasil, na qual a responsabilidade de cuidado é apenas das mulheres.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo contribuir para asistematização, compreensão e análise da produção científica que trata da feminização da Educação Infantil e aborde, mesmo que de forma tangencial, a desvalorização da mesma.

Para atender ao objetivo proposto foi realizada uma revisão da produção científica sobre a temática no Google Acadêmico. A busca foi realizada em três

momentos. No primeiro foi utilizado o descritor *"feminização do trabalho docente na Educação Infantil"*, apresentando apenas dois resultados, incluindo citações. Destes, apenas um abordava o tema selecionado. A próxima busca foi realizada com a temática *"feminização e precarização do trabalho docente" na "Educação Infantil"*, sem incluir citações, resultando em quatro títulos, dos quais apenas um abordava o tema da pesquisa. O último foi *"precarização do trabalho docente na Educação Infantil"*, sem incluir citações. Resultando em quatro títulos selecionados para revisão e análise.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. Sendo o Capítulo 2 uma amostra de como foi realizada a busca na plataforma do Google Acadêmico, a partir da metodologia de revisão bibliográfica, demonstrando os descritores utilizados, e os resultados obtidos para cada um deles. Com os títulos selecionados, foram incluídas tabelas para identificar suas informações.

O Capítulo 3 inicia com um breve histórico da constituição da Educação Infantil, seguindo com as análises feitas a partir dos títulos escolhidos para a revisão. A partir destes, reflexões e apontamentos são feitos, possibilitando as conclusões finais na sequência, no Capítulo 4.

A proposta desta revisão bibliográfica foi de mapear as literaturas científicas que abordam a temática da feminização da docência na Educação Infantil, para possibilitar futuras buscas sobre este tema, com títulos e informações sobre estes. É importante ressaltar que durante esta pesquisa, constatou-se que ainda há pouco material disponível sobre o tema.

2 PUBLICAÇÕES SOBRE FEMINIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com o objetivo principal de fazer um levantamento de publicações científicas que abordem o tema da feminização e desvalorização da docência na Educação Infantil, para fins de compreender, analisar e sistematizar estes títulos, foram realizadas três diferentes buscas na plataforma de banco de dados 'Google Acadêmico'.

As três buscas foram necessárias, pois não houveram resultados suficientes de títulos abordando o tema escolhido, impossibilitando uma análise e sistematização destes. Mesmo assim, os resultados foram poucos. Um fator que chamou a atenção foi que muitos resultados das buscas abordavam apenas uma parte ou brevemente o tema, elemento que também impossibilitou o uso de alguns títulos.

O primeiro descritor (palavra-chave) utilizado na busca foi *"feminização do trabalho docente na Educação Infantil"*, apresentando apenas dois resultados, incluindo citações. Destes, apenas um abordava o tema selecionado. O próximo descritor utilizado foi *"feminização e precarização do trabalho docente" na "Educação Infantil"*, sem incluir citações, resultando em quatro títulos, dos quais apenas um abordava o tema da pesquisa. O último descritor foi *"precarização do trabalho docente na Educação Infantil"*, sem incluir citações. A partir dos 36 resultados apresentados foi aplicado o filtro para selecionar os títulos do período específico entre 2011 e 2021.

Após esta filtragem, houveram 23 resultados, destes apenas dois abordavam o tema escolhido, porém, um deles já havia sido selecionado a partir do segundo descritor utilizado, restando apenas um título novo. Por fim, quatro títulos foram selecionados. Destes haviam dois artigos, uma monografia e uma dissertação de mestrado.

Quadro 1 – Classificação e ano de publicação

Título	<i>Limites na Construção de uma Identidade Política: condicionantes de gênero e de classe sobre o trabalho docente na Educação Infantil</i>	<i>A Educação Infantil como Extensão do Lar: feminização e precarização do trabalho docente nas creches de Rolim de Moura, RO</i>	<i>Impactos da Precarização do Trabalho Sobre a Saúde das Docentes da Educação Infantil</i>	<i>A Profissão Docente na Educação Infantil: uma análise histórica da constituição de um grupo profissional</i>
Classificação	Artigo	Monografia	Dissertação de mestrado	Artigo
Ano	2006	2016	2015	2017

Fonte: dados retirados do Google Acadêmico, elaboração da autora, 2021.

O Quadro 1 foi elaborado com a intenção de elencar os tipos de títulos selecionados e o ano em que foram publicados. Pode-se perceber que os períodos variam pouco.

Quadro 2- Procedimentos metodológicos e fundamentação teórica

Título	<i>Limites na Construção de uma Identidade Política: condicionantes de gênero e de classe sobre o trabalho docente na Educação Infantil</i>	<i>A Educação Infantil como Extensão do Lar: feminização e precarização do trabalho docente nas creches de Rolim de Moura, RO</i>	<i>Impactos da Precarização do Trabalho Sobre a Saúde das Docentes da Educação Infantil</i>	<i>A Profissão Docente na Educação Infantil: uma análise histórica da constituição de um grupo profissional</i>
Procedimentos metodológicos e fundamentação teórica	Pesquisa bibliográfica	Materialismo histórico- dialético utilizando-se das categorias totalidade, classes sociais e ideologia	Materialismo histórico e dialético	História oral

Fonte: dados retirados do Google Acadêmico, elaboração da autora, 2021.

O quadro 2 apresenta as metodologias e fundamentações de cada título selecionado. Dois deles utilizam o materialismo histórico e dialético tanto como metodologia quanto fundamentação teórica, além de ambas escritoras ressaltarem que tem estas ideias como ideologias de vida também. Um artigo utiliza a história oral, dando voz a um grupo de mulheres professoras de educação infantil do município de Francisco Beltrão/PR.

Quadro 3- Temáticas centrais

Título	<i>Limites na Construção de uma Identidade Política: condicionantes de gênero e de classe sobre o trabalho docente na Educação Infantil.</i>	<i>A Educação Infantil como Extensão do Lar: feminização e precarização do trabalho docente nas creches de Rolim de Moura, RO.</i>	<i>Impactos da Precarização do Trabalho Sobre a Saúde das Docentes da Educação Infantil.</i>	<i>A Profissão Docente na Educação Infantil: uma análise histórica da constituição de um grupo profissional.</i>
Temáticas centrais	Investigação sobre a identidade política das trabalhadoras da Educação Infantil na rede municipal de educação de Goiânia.	Feminização e precarização do trabalho docente na Educação Infantil nas creches do município de Rolim de Moura – RO.	Análise crítica sobre as condições de trabalho na Educação Infantil a fim de estabelecer possíveis relações com o processo de adoecimento que vem atingindo os docentes nas últimas décadas.	Discute a profissão docente na Educação Infantil; traça um breve panorama histórico da carreira docente enfocando a constituição desse grupo profissional e suas especificidades na Educação Infantil.

Fonte: dados retirados do Google Acadêmico, elaboração da autora, 2021.

Podemos observar a partir do Quadro 3, que apenas um dos títulos aborda como tema central a feminização. No entanto, os outros títulos trazem essa temática de forma constante em seus textos, apenas partindo de outras óticas. Percebe-se também que inúmeros temas podem ser discutidos em torno da feminização docente na Educação Infantil, explicitando sua presença/influência em diversos cenários.

O primeiro artigo lido “Limites na Construção de uma Identidade Política: condicionantes de gênero e de classe sobre o trabalho docente na Educação Infantil”, traz a questão da feminização da docência na Educação Infantil, e faz uma leitura a partir das profissionais desta área na rede municipal de Goiânia. Partindo do ponto de vista da constituição desta área, associando a inserção da força de trabalho feminina no mercado, o autor faz reflexões e apontamentos acerca da identidade política destas profissionais, com o objetivo central de compreender os limites e as possibilidades dessa construção.

Na sequência, foi lida a monografia “A Educação Infantil Como Extensão do Lar: feminização e precarização do trabalho docente nas creches de Rolim de Moura, RO”. Este trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa com as profissionais das creches de Rolim de Moura/ RO, com o objetivo de analisar como ocorrem os processos de feminização dentro deste recorte, com o método e fundamentação

teórica do materialismo histórico-dialético utilizado para analisá-los. Sua leitura parte da ideia de que o magistério se constitui como uma forma de opressão à mulher dentro do sistema capitalista. Esta pesquisa traz suas pontuações seguidas das entrevistas com as profissionais, de forma que suas constatações se mostram assertivas. A autora afirma, baseada em autores Marxistas, que a superação da sociedade de classes é a única forma de acabar com a opressão às mulheres.

O terceiro texto lido, foi a dissertação de mestrado intitulada “Impactos da Precarização do Trabalho Sobre a Saúde das Docentes da Educação Infantil”. Utilizando também como metodologia e fundamentação teórica o materialismo histórico-dialético, a autora tem como referência para a pesquisa a rede municipal de ensino de Belém/ PA. Sua dissertação faz uma leitura sobre o processo de adoecimento das docentes, estabelecendo possíveis relações com as condições de trabalho, precarização, acúmulo de exigências e desvalorização que atingem estas profissionais. Esta pesquisa traz o processo de feminização do magistério como sendo uma das formas de exploração da força de trabalho feminina. E apresenta o sistema capitalista como sendo desumano, portanto, afirma que a superação da exploração de gênero só ocorreria com a superação da exploração de classes.

Por fim, a última pesquisa utilizada foi o artigo “A Profissão Docente na Educação Infantil: uma análise histórica da constituição de um grupo profissional”, que traz uma leitura sobre a profissão docente na Educação Infantil e suas condições, a partir de um breve panorama histórico sobre sua constituição. A metodologia utilizada foi de história oral, dando voz às profissionais do município de Francisco Beltrão/ PR. As marcas do feminino solidificaram a existência da Educação Infantil, de forma que o cuidado e o educar ainda são vistos por muitos profissionais como indissociáveis. A partir desta perspectiva, a autora reforça a necessidade dos cursos de formação de professores possibilitarem que os futuros profissionais ressignifiquem a docência na Educação Infantil, afim de quebrar antigas crenças.

3. FEMINIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM PROCESSO HISTÓRICO

A partir dos textos selecionados para a realização desta revisão científica, fica perceptível a importância da concepção histórica da Educação Infantil, para compreendermos o fenômeno da feminização, que marca sua existência, em conjunto com a desvalorização da mesma. Também é ressaltada a lógica do sistema capitalista, dentro das relações entre o sexo masculino e o feminino, como o opressor e o oprimido, respectivamente, no âmbito social e trabalhista, delineando a existência da docência na Educação Infantil.

No início do século XX, em um contexto de políticas higienistas, o olhar para a infância surge a partir do assistencialismo às minorias, a partir de entidades filantrópicas, que tinham como finalidade acolher crianças e bebês desamparados de uma parcela pobre da população. Surge então um novo ambiente destinado à infância, servindo às necessidades da nova sociedade que se formava, porém, sem priorizar de fato seu principal sujeito: a criança. Dessa forma, podemos afirmar que:

A infância, a maternidade e o trabalho feminino em conjunto com a questão econômica do processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial, configurou o contexto histórico no qual as primeiras creches se constituíram no Brasil (NASCIMENTO, 2015, p. 17442).

As creches, inicialmente, eram limitadas ao cuidado, representando uma extensão do lar, sem abordagens pedagógicas, tendo como mão de obra única as mulheres. Dentro destas condições, não era necessário nenhum tipo de formação, diferentemente dos outros anos da Educação Básica, em que era necessário, ao menos, que a professora tivesse uma qualificação mínima para que pudesse ensinar a ler, escrever e contar. Dessa forma, os alicerces da docência na tenra idade se veem marcados desde o princípio por um processo de feminização e pouca ou nenhuma qualificação. Segundo Silva (2006) entende-se aqui por feminização o processo de naturalização das atividades que as mulheres desempenham socialmente (maternagem e trabalho doméstico). Sendo a feminização do trabalho docente o fenômeno pelo qual predomina o trabalho do gênero feminino na área, caracterizando-o como uma vocação “natural” da mulher.

As exigências para essa função baseavam-se resumidamente em ser mulher e “gostar de trabalhar com crianças”, pois as professoras “eram, e ainda são, identificadas como educadoras natas portadoras de aptidões tais como amor, carinho,

compreensão, meiguice, calma, paciência, autocontrole, praticidade e desprendimento” (ARCE, *apud* SILVA, 2006). Portanto, seria favorável se esta mulher fosse mãe de família ou religiosa.

Nessa perspectiva, o magistério é compreendido como atividade inerente aos papéis sociais historicamente desempenhados pelas mulheres no âmbito privado familiar, resultando em uma profissão feminizada, de pouco valor social e econômico, definida pela “vocação natural” que as mulheres têm de educar e cuidar e que, portanto, não requer valorização nem tampouco organização política de suas trabalhadoras (SILVA, 2006, p. 330).

A “vocação natural” citada por Silva, trás o nosso olhar para os papéis sociais impostos às mulheres, mais especificamente, à maternidade. Esta, regida pela compulsoriedade é, ainda atualmente, vinculada à crença do ‘instinto materno’, em que se afirma que as mulheres possuem um dom para lidar com o universo da maternidade, como uma aptidão intrínseca do ser mulher, portanto, com a Educação Infantil também. Esse mito é reforçado por pensadores clássicos, como podemos ver a seguir:

Da boa constituição das mães depende inicialmente a dos filhos: dos seios das mulheres depende a primeira educação dos homens. A educação primeira é a que mais importa, e essa primeira educação cabe incontestavelmente às mulheres: se o Autor da natureza tivesse querido que pertencesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentarem as crianças. Falai portanto às mulheres, de preferência, em vossos tratados de educação; pois além de terem a possibilidade de para isso atentar mais de perto que os homens, e de nisso influir cada vez mais, o êxito as interessa muito mais (ROUSSEAU *apud* ARCE, 2001, p. 170).

Tal visão diminui o fazer docente, visto que, a partir dela, para exercê-lo faz-se primeira e principalmente por amor e habilidade, naturalizando a concepção de que é necessário apenas ter uma vocação para a maternagem, facilitando a desvalorizaçãodessa profissão. Destaca-se também este trecho:

Esse olhar ajudou a disseminar a ideia de que para exercer a docência com a tenra idade é preciso somente gostar de crianças, como se fosse uma vocação, uma espécie de predisposição natural da mulher, reforçando o distanciamento entre o fazer e o pensar e a importância da formação teórica no trabalho com os pequenos (CONCEIÇÃO e BERTONCELLI, 2017, p. 66).

A desvalorização da docência não se limita apenas aos anos iniciais, porém, é mais acentuada nesta área da educação, tanto socialmente quanto financeiramente. Ter sua constituição marcada pelas necessidades do cuidado, e, conseqüentemente, pelas ditas habilidades femininas e falta de exigência de formação, trouxe desprestígio a esta profissão, mesmo que no início do século XX

esta fosse uma das poucas opções de emprego no mercado de trabalho para as mulheres, trazendo a estas docentes, inicialmente, certa valorização profissional, como podemos ver a seguir:

As mulheres tinham muito pouca escolha ocupacional; e, comparada à maioria das alternativas – lavanderia, costura, limpeza, ou trabalho na fábrica –, o magistério oferecia numerosos atrativos. Era ‘distinto’, pagava razoavelmente bem, e requeria pouca qualificação ou equipamento especial. Da segunda metade do século [XX] em diante, também permitia viajar, viver independentemente ou na companhia de outras mulheres, atingir a estabilidade econômica e um status social modesto. (APPLE, 1995, p. 62, *apud* SILVA, 2006).

Podemos observar ao longo de seu histórico, que o papel da mulher neste processo, justificado pelas supostas habilidades femininas e o ‘dom materno’, foi imposto, sendo uma das poucas opções de profissão que havia durante o início do século XX. Silva (p. 330, 2006), afirma que “a naturalização do trabalho da mulher significou também a definição daqueles que seriam os espaços e as profissões das mulheres”. Portanto, compreende-se a partir destas colocações, o local social imposto às mulheres no mercado de trabalho, dentro do sistema vigente capitalista, de subordinação.

A partir desta perspectiva, Silva (2006) faz uma associação entre a desvalorização da docência e o conceito de *mais-valia*, de Marx (1975, *apud* SILVA, 2006) própria desta organização societal, que compreende o trabalho que não produz mercadorias, como sendo invisível, pois não há uma contribuição imediata para a expansão do lucro. Portanto, ter a concepção histórica da docência na Educação Infantil associada à ideia de que é uma área profissional exclusiva das mulheres, implica na ideia de que a força de trabalho feminina tem menor valor. Dialogando com esta ideia, Pereira (p. 15, 2016) afirma que “não é possível compreender a opressão da mulher e a feminização do magistério na Educação Infantil e as justificativas ideológicas apresentadas sem considerar as relações sociais de produção estabelecidas historicamente”.

Analisando as quantidades de docentes do sexo feminino e masculino, ao longos anos de Ensino Básico e Médio, percebemos que quanto maior for a faixa etária dos alunos, maior é a quantidade de profissionais do sexo masculino. Podemos observar estes números a partir dos dados do Censo Escolar de 2020 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021), que explicitam as porcentagens de docentes de cada sexo, sendo as mulheres: 96,4% das docentes da Educação Infantil; 88,1%

no anos iniciais do Ensino Fundamental; 66,8% nos anos finais do Ensino Fundamental; e finalmente, 57,8% no Ensino Médio. Em conjunto com estes dados, podemos fazer uma comparação salarial dos docentes desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, e concluir que os valores aumentam significativamente conforme aumenta a faixa etária dos alunos. Os dados apresentados no artigo escrito por Silva (2006), exemplificam a maior desvalorização:

Em estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) sobre os salários das diferentes ocupações na carreira do magistério no país, no ano de 2001, as diferenças salariais entre a primeira fase do ensino fundamental e da educação infantil em relação à segunda fase do ensino fundamental e o ensino médio são claras: a) educação infantil, média de R\$ 422, 78 de salário; b) primeira fase do fundamental, R\$ 461, 67 de média salarial; c) segunda fase do fundamental, R\$ 599, 85 de média salarial; e d) ensino médio, R\$ 866, 23 de média salarial (MEC, 2003, *apud* SILVA, 2006, p. 333).

A partir destas análises, percebemos o aumento gradativo de valorização salarial dos docentes, conforme aumenta a quantidade de homens profissionais ocupando estes cargos, em conjunto com o aumento da faixa etária dos alunos.

É importante ressaltar que, inicialmente, a formação exigida para lecionar na Educação Infantil e Básica, era somente de nível médio, com o Magistério. A partir de 2007 passou a ser exigido que a formação fosse de nível superior, em licenciatura plena. E para aqueles que finalizaram o Magistério até 2007, foi indicado, mas não exigido, que fizessem a formação de nível superior, ou uma adequação de seus diplomas. Conforme mostra o seguinte artigo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB): Art.62. “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.”

Este artigo retrata um dos pontos da desvalorização da docência na Educação Infantil, a partir da falta de exigência de qualificação de nível superior para todos os profissionais desta área. Sendo exigida apenas para quem iniciou sua formação a partir de 2007.

Portanto, considerando o histórico da constituição da Educação Infantil, a lógica capitalista e a desigualdade de gênero dentro deste sistema, e a pouca exigência de qualificação para atuar na área, fica perceptível como os fenômenos da feminização e desvalorização permanecem consistentes na profissão de docente na Educação Infantil. Para Silva (2006), falta para esta área de atuação uma frente de

organização de identidade política, que possibilite mudanças a partir de quem está na linha defrente desta área. Ele ainda afirma o seguinte:

Nesse sentido, os sindicatos docentes não podem fugir a esse debate, uma vez que contam com uma categoria profissional composta em sua maioria por mulheres. Por outro lado, é de fundamental importância que as trabalhadoras da educação infantil insiram-se nesse movimento, buscando assenhorar-se da sua história e provocar o debate sobre as suas particularidades no interior da organização dos trabalhadores em educação (SILVA, 2006, p. 336).

Enquanto para Pereira (2016), a causa da feminização e desvalorização da docência na Educação Infantil, está associada diretamente com a desigualdade de gênero e classes sociais, como consequência do sistema capitalista vigente, afirmando, portanto, que não há como mudar este cenário enquanto não houver uma mudança efetiva no sistema econômico e social:

O conceito de gênero, quando não articulado a uma perspectiva de classes sociais vinculando o contexto econômico, social e político corresponde a uma fragmentação da realidade e não contribui efetivamente para o fim da opressão feminina que tem origem na sociedade de classes (PEREIRA, 2016, p. 22).

Assim como para Solimões (2015), que traz as questões da feminização, desvalorização e precarização desta área, como sendo fenômenos que atingem diretamente a saúde das docentes da Educação Infantil, a mudança só virá com outra alternativa de sociedade. Segundo ela:

Somente a prática social transformadora é que irá conduzir à mudança do mundo, como atividade revolucionária. Nossas ações são orientadas para transformar a natureza por meio do trabalho. São práticas ao mesmo tempo individuais e coletivas, resultante das condições materiais estabelecidas. Assim, a verdadeira emancipação feminina somente virá com o fim do capitalismo (SOLIMÕES, 2015, p. 141).

Por fim, conclui-se que há urgência nos debates sobre as condições da docência na Educação Infantil, a fim de trazer visibilidade para esta área e valorização para a profissão. Há muitos pontos estruturais que permeiam a sua existência, que tem origem em seu processo de concepção e contexto histórico e social. As literaturas científicas apresentadas nesta revisão bibliográfica abordam estes temas de forma completa, e possibilitam ter uma visão ampliada sobre o cenário atual da docência na Educação Infantil, mostrando como ele dialoga com sua constituição ao longo das décadas, e expondo suas implicações, tendo sempre como centro das análises as imposições dos papéis sociais de gênero, especialmente como estes atingem as

mulheres. O sistema de exploração de classes também é constantemente colocado em questão, explicitando sua influência acerca da feminização do magistério, especialmente na Educação Infantil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições que marcam a docência na Educação Infantil, são resultados de um processo histórico de constituição, delineados pelas marcas do feminino, da exploração de classes, da desigualdade de gênero e da desvalorização desta área.

Sua constituição ocorreu em um momento que surgia uma nova estruturação da sociedade, com maior força de inserção da mulher no mercado de trabalho, necessidade de assistências à minorias e políticas higienistas. Estes acontecimentos moldaram a constituição do magistério, e deixaram marcas que ainda perduram nesta profissão.

As primeiras profissionais das creches viram nesta função a possibilidade de ter um emprego que se diferenciava dos que estavam, até então, disponíveis para as mulheres, pois este trazia diferenciais que implicavam em melhores condições de vida. Além de exigir pouca ou nenhuma qualificação, as profissionais selecionadas, muitas vezes só precisavam “gostar de trabalhar com crianças”. Por ter um caráter assistencialista, não havia proposta pedagógica para as crianças de 0 a 6 anos, limitando-se, apenas, a ideia de cuidado.

Desta forma, solidifica-se um cenário de mercado de trabalho que está aberto para mulheres que tenham características de cuidar, sejam dóceis, pacientes, mansas e maternais. Associa-se então, a figura das professoras dos jardins de infância, à figura materna. Esta ideia vem ligada à crença do ‘instinto materno’, na qual acredita-se que as mulheres possuem um ‘dom’ para lidar com as questões da maternidade, como se estas fossem inatas ao ‘ser’ mulher. Pereira (2016, p. 37) ainda afirma que “o suposto dom materno representa apenas um mito reproduzido para justificar a feminização do magistério na Educação Infantil, sobretudo nas creches”. Sobre isso Reed (2008, p. 59 *apud* PEREIRA, 2016) comenta que:

Não foi a natureza, e sim a sociedade que roubou da mulher seu direito de participar nas tarefas mais altas da sociedade, exaltando somente suas funções animais de maternidade. E este roubo foi perpetuado mediante uma dupla mistificação. Por um lado, a maternidade se apresenta como uma aflição biológica. Por outro, esse materialismo vulgar se apresenta como algo sagrado [...].

Portanto, a profissão docente na Educação Infantil, consolida-se neste cenário de feminização e baixa qualificação, caracterizando-se por ser uma profissão de baixo valor, tanto salarial quanto social. Sobre isso, Silva (2006, p. 330) afirma que:

Esse é o caráter que o trabalho docente vai assumir no bojo da sociedade capitalista, ou seja, uma atividade a ser desempenhada por mulheres, pois se identifica com suas “capacidades inatas” de cuidar e educar crianças e jovens, devendo caracterizar-se por um baixo valor socioeconômico. Além de oferecer um salário menor por se tratar de uma profissão feminina, o trabalho docente passa a carregar um fardo de ser uma atividade de menor valor social também (SILVA, 2006, p. 220).

Estes marcadores da docência na Educação Infantil compõem um cenário profissional composto em sua maioria por mulheres, trazendo à este grupo as consequências das condições de trabalho precárias, acúmulo de exigências e desvalorização, que resultam, em muito casos, no processo de adoecimento destas docentes. Sobre isso, Solimões (2015, p. 103) afirma que:

Standing (2013), ao analisar a situação dos trabalhadores, alerta para os riscos que corremos diante da maximização da concorrência no que ele chama de sociedade globalizada, e a formação de uma nova classe social emergente, que denomina de “precariado”. Sem aprofundar, neste momento, o debate sobre classes sociais, tomemos algumas reflexões do autor sobre a condição feminina, nas quais o mesmo indica os desafios para o Século XXI. Afirma o autor que o processo de globalização vem atingindo de forma desigual homens e mulheres. Com a feminização global, as mulheres têm experimentado uma carga tripla de trabalho, pois se espera que as mesmas deem conta não apenas do cuidado da casa e das crianças, mas que respondam às exigências do mercado de trabalho e também cuidem de parentes idosos (SOLIMÕES, 2015, p. 103).

O sistema capitalista, de exploração de classes, têm no Magistério a representação da desigualdade e exploração de gênero. Sendo a mulher, a força de trabalho de menor valor dentro desta lógica, portanto, ocupando um lugar de subordinação.

A partir das leituras feitas para o desenvolvimento desta pesquisa, conclui-se que o processo de feminização e desvalorização na docência da Educação Infantil são reflexos do seu processo histórico de constituição, portanto, também do sistema capitalista vigente. Partindo da ideia de que o local imposto à mulher é o de subordinação, é necessário que seja superado este sistema de desigualdade e exploração de gênero e classes. Portanto, também se faz necessário que haja uma identidade política destas profissionais, de forma que exista uma frente única lutando pelas melhorias necessárias.

REFERÊNCIAS

- BERTONCELI, Mariane; CONCEIÇÃO, Caroline Machado Corteline. A profissão Docente na Educação Infantil: uma análise histórica da constituição de um grupo profissional. **Temas & Matizes**, Cascavel, v. 11, n. 21, p. 64–84, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/18312/12093#>>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.
- BRASIL. LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art7>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- JAEGGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. Masculinidades e Docência na Educação Infantil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 545-570, Ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200545&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2019.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/scfie1.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2021.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ministério da Educação parabeniza mulheres neste 8 de março**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-educacao-parabeniza-mulheres-neste-8-de-marco#:~:text=Segundo%20o%20Censo%20Escolar%20de%202020%2C%20as%20mulheres%20s%C3%A3o%20maioria,8%25%20do%20total%20de%20docente%20s>>. Acesso em: 11 out. 2021.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=141451-public-mec-web-isbn-2019-003&category_slug=2020&Itemid=30192>. Acesso em: 30 out. 2021.
- NASCIMENTO, Edanieli Cristine Machado do. **Processo Histórico da Educação Infantil no Brasil: Educação ou Assistência?** Educere, 2015. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.
- PROJETO DE LEI Nº 1174, DE 2019** – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- PEREIRA, Lucilene. **A Educação Infantil Como Extensão do Lar: feminização e precarização do trabalho docente nas creches de Rolim de Moura – Rondônia**. 2016. 52 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Campus de Rolim de Moura – RO, Rolim de Moura/RO, 2016. Disponível em: <<https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2916/1/A%20educa%c3%a7%c3%a3o%20infantil%20como%20extens%c3%a3o%20do>>

%20lar%20feminiza%c3%a7%c3%a3o%20e%20precariza%c3%a7%c3%a3o%20do%20trabalho%20docente%20nas%20creches%20de%20Rolim%20de%20Moura%20c%20RO..pdf>. Acesso em: 9 jun. 2021.

SILVA, Hugo Leonardo Fonseca da. Limites na Construção de uma Identidade Política: condicionantes de gênero e de classe sobre o trabalho docente na Educação Infantil. **SOCIEDADE E CULTURA**, V. 9, N. 2, JUL./DEZ. 2006, P. 327-337. Disponível em: <[https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/15457/5/Artigo%20-](https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/15457/5/Artigo%20-%20Hugo%20Leonardo%20Fonseca%20Silva%20-2006.pdf)

%20Hugo%20Leonardo%20Fonseca%20Silva%20-2006.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

SOLIMÕES, Andréa Cristina Cunha. **Impactos da Precarização do Trabalho Sobre a Saúde das Docentes da Educação Infantil**. 2015. 158 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2015. Disponível em: <<https://ppged.proesp.ufpa.br/arquivos2/File/FinalAndrea.pdf>> . Acesso em: 8 jun. 2021.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

GOOGLE Scholar.com. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>>.